



CARTA ABERTA A TODAS/OS FILIADAS/OS DO SINTER, E ÀS/AOS PROFESSORAS/ES E TÉCNICAS/ OS DA EDUCAÇÃO ESTADUAL DE RORAIMA

Posição da Corrente Sindical Marxista – *Guillermo Lora* sobre os objetivos de sua participação na Comissão aprovada em assembleia para debater a Lei 892



Após votação em assembleia da categoria, a Corrente Sindical Marxista – Guillermo Lora (CSM) foi escolhida para integrar a Comissão encarregada de discutir sobre um novo Plano de Carreira, fundamentado na alteração do quadro normativo e legal da Lei nº 892, de 25 de janeiro de 2013.

Estamos lendo e discutindo interna e coletivamente na CSM cada capítulo e cada inciso para poder cumprir responsabilmente com a tarefa encomendada pela base à nossa camarada que integra a Comissão. Como corrente firmada no marxismo-leninismo-trotskyismo, e fundamentada na avaliação o mais precisa e científica possível dos objetivos e consequências que tem a Lei para as condições trabalhistas, formativas e pedagógicas para professoras/es e técnicas/os de nossa categoria.

Nosso objetivo não é ajudar a aperfeiçoar ou melhorar a proposta do governo, nem negociar com o executivo ou legislativo mudanças cosméticas que a experiência ensina nunca são incorporadas como defendidas e exigidas. Nosso objetivo é saber como a lei procurará impor no estado a tendência mais geral vista em todo o país de retirar direitos, impor a plataformização e a avaliação por desempenho para demitir e/ou

precarizar. Nosso objetivo é ajudar a categoria a decidir como defender seus direitos, suas conquistas e como avançar na luta e organização coletivas porque nenhuma lei favorável às/aos trabalhadoras/es surgirá da boa vontade do governo enquanto não estejamos organizados.

Isso é que nos ensina a experiência da anterior direção, que tinha avançado na discussão com o governo para a modificação da lei. Quando as propostas vieram ao conhecimento público da categoria foi rejeitada pela própria base que entendeu que a burocracia (encastelada há décadas no controle autoritário do aparelho do sindicato, e que fora ejetada da direção na última eleição) negociava às costas da categoria e avançava em um acordo com o governo para aprovar uma nova Lei que não apenas mantinha os ataques da atual lei, como os ampliava, prejudicando direitos conquistados e garantidos.

Por isso, nesta Carta Aberta às bases defendemos e propomos que:

- 1) O estudo/debate da Lei nº 892 deve servir para impulsionar a luta de classes pelas reivindicações mais sentidas da categoria;
- 2) Deve-se garantir o direito de participação da base nas reuniões da Comissão para que a discussão dos delegados votados por ela na assembleia, seja aberta e transparente aos olhos da categoria;
- 3) A Comissão deve elaborar um relatório de seus debates, das divergências e posições, dos resultados de seus estudos e análises, bem como suas conclusões, para conhecimento das bases;
- 4) A direção não deve assumir qualquer compromisso com o governo de negociar ou discutir a Lei sem que antes as bases conheçam suas consequências e conte com a aprovação da assembleia de toda a categoria convocada ampla e antecipadamente, na qual a Comissão apresentará seu parecer (por minoria e maioria se houver divergências) e a direção esclarecerá sua posição;
- 5) Somente as bases podem decidir sobre qualquer aspecto ou negociação com o governo que diga respeito a qualquer assunto de seu interesse como direitos, conquistas e reivindicações. Se convocadas novas reuniões, a direção deverá chamar uma assembleia para que seja votada uma comissão para a acompanhar. As bases tem o direito a participar das decisões que as afetem!